

Panorama da Produção Científica sobre Compras Públicas no Brasil: Agenda de Pesquisa e Perspectivas de Investigação

Overview of Scientific Production on Public Procurement in Brazil: Research Agenda and Research Perspectives

Soraia Sorice da Silva¹,
Míriam Aparecida Mesquita Oliveira¹,
André Vaz Lopes¹

¹Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Brasília, DF, Brasil.

Resumo

Objetivo: O trabalho teve como objetivo apresentar um panorama sobre a produção científica nacional sobre compras públicas e identificar quais aspectos estão se destacando nos estudos dessa temática.

Método/abordagem: Revisão sistemática da literatura.

Contribuições teóricas/práticas/sociais: Por meio de uma revisão sistemática de literatura, incluindo 37 estudos, foi possível notar uma concentração das pesquisas na esfera federal, em órgãos de educação, com foco na eficiência e no desempenho das compras governamentais, além dos aspectos relacionados às compras sustentáveis.

Originalidade/relevância: Os resultados mostram um expressivo campo para estudos futuros relacionados à capacitação e profissionalização dos técnicos que atuam na área, as estratégias utilizadas para as compras públicas, a legislação relacionada ao tema, e os novos desafios aplicados a gestão pública, tais como a transparência, a inovação, a coprodução e a cocriação.

Palavras-chave: Compras públicas; Compras governamentais; Licitação; Revisão sistemática.

Abstract

Purpose: The work aimed to present an overview of the national scientific production on public procurement and to identify which aspects are standing out in studies of this theme.

Design/methodology/approach: Systematic review of the literature.

Research, Practical & Social implications: Through a systematic literature review, including 37 studies, it was possible to notice a concentration of research at the federal level, in education bodies, focusing on the efficiency and performance of government procurement, in addition to aspects related to sustainable procurement.

Originality/value: The results show an expressive field for future studies related to the training and professionalization of technicians who work in the area, the strategies used for public purchases, the legislation related to the subject, and the new challenges applied to public management, such as transparency, innovation, co-production and co-creation.

Keywords: Public purchases; Government procurement; Bidding; Systematic review.

Introdução

O atual cenário econômico, marcado pela escassez de recursos, decorrente das recentes crises fiscais que atingiram muitos países nos últimos anos, acentuou a atenção dos gestores públicos com a redução de gastos (Di Mascio & Natalini, 2014, 2015) e reforçou a importância da eficiência e da racionalização da máquina pública, que se tornaram questões centrais desde a década de 1990 (D’Inverno et al., 2018).

A necessidade de maior controle dos gastos públicos nos últimos anos tem gerado uma maior preocupação acerca do processo de compras governamentais (Agrahari & Srivastava, 2019). Isso porque, as aquisições de bens e serviços pelo Estado, seja para melhorar o funcionamento ou para oportunizar as políticas públicas, impactam significativamente as suas despesas, representando, também, relevância econômica devido ao volume de capital movimentado na administração pública de todo o mundo (Chaves et al., 2019).

O processo de compras faz parte de qualquer organização, se caracterizando como um dos fatores que afeta a eficiência e a produtividade de empresas privadas (Ensslin et al., 2014). No caso do setor público, a aquisição de bens e serviços impacta não apenas na qualidade dos serviços prestados à sociedade, como também na indução de competitividade, inovação e equilíbrio

dos mercados, especialmente em decorrência do volume de recursos envolvidos.

Portanto, investigar as compras governamentais, tanto do ponto de vista dos seus processos internos quanto das suas relações com o desenvolvimento econômico e social, se mostra como um importante campo de pesquisa nas políticas públicas e na gestão do Estado. Apesar disso, as compras do setor público têm sido pouco estudadas, especialmente, se comparadas ao processo de compras no setor privado (Mogre et al., 2017).

Nesse sentido, este trabalho pretende contribuir com o preenchimento dessa lacuna, tendo como objetivo responder a seguinte questão: Qual o panorama da produção científica nacional sobre compras públicas e quais aspectos estão se destacando nas pesquisas nacionais sobre o tema? Por meio de uma revisão sistemática da literatura, foi possível identificar as principais características das pesquisas brasileiras relacionadas às compras públicas, e principalmente, apontar caminhos para pesquisas futuras.

O trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira composta desta breve introdução. Na segunda seção, é apresentado o embasamento teórico da pesquisa, seguido dos procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção são apresentados os resultados e discussão dos dados e, por fim, na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

Referencial Teórico

Compras públicas

Ao se pensar em compras governamentais, a primeira análise que deve ser feita é a de que o setor público opera de forma diferente do privado, pois aspectos como responsabilidade social, *accountability* e múltiplas redes aumentam as barreiras e habilitadores de inovação no setor público (ROWLEY, 2011). Por outro lado, o surgimento de novas tecnologias da informação e comunicação, bem como a implementação do *e-government procurement*, de acordo com Tripalli et al (2011) vem se apresentando na literatura como uma ferramenta promissora no sentido de auxiliar na melhoria da transparência e eficiência nos processos de compras no setor público.

Hefetz e Warner (2012) relatam que no novo serviço público os gestores públicos fazem mais do que dirigir um processo de mercado, eles são responsáveis por equilibrar as preocupações técnicas e políticas de modo a garantir a criação de valor público. Para esses autores, a incongruência de metas entre os governantes e seus agentes é capaz de gerar sérios problemas de contratação dos suprimentos governamentais.

Nesse sentido, é importante destacar a dissociação entre estratégia de compra e compra como função estratégica. Guarnieri e Gomes (2018) afirmam que a estratégia de compra está relacionada às ações específicas de função de

compras. Essas ações são desempenhadas visando apoiar os objetivos, como por exemplo: a padronização de materiais, componentes e serviços, as quais podem ser realizadas sem relação direta com as estratégias da organização. Por outro lado, as compras como função estratégica ocorrem quando a compra participa do processo de planejamento estratégico e é realizada como tomadora de decisão chave nesse contexto.

As compras públicas ou compras governamentais são responsáveis por fomentar os suprimentos necessários para a realização de atividades (I. Oliveira, 2015) e o atendimento de políticas públicas. O processo de aquisição de bens, serviços e obras na administração pública deve seguir princípios constitucionais e legais (I. Oliveira, 2015), bem como critérios objetivos, que garantam o atendimento desses princípios (Costantino et al., 2012).

As compras governamentais possuem papel relevante para a administração pública pois são responsáveis pela aquisição de bens e a contratação de serviços necessários para que as instituições públicas possam executar plenamente suas atividades (Costantino et al., 2012).

Os processos de aquisição no setor público são distintos dos realizados no setor privado. Murray (1999) foi o precursor desse pensamento, ao afirmar que o objetivo das compras estratégicas desenvolvidas pelas organizações do setor privado são impróprios e inadequados para os processos de compras

do governo. O Estado deve seguir procedimentos definidos em lei para a compra de todos os seus insumos (Carmargo & Moreira, 2015). A sucessão ordenada dos atos e dos processos de compras faz parte do sistema de controle estatal e em geral estão sujeitos a regras exaustivas e procedimentos mais detalhados do que os praticados pelas empresas privadas (Costa, 2000).

Os processos de compras do governo se tornaram mais complexos, cruciais e estratégicos na administração pública (I. Oliveira, 2015), ganhando destaque nos últimos anos, notadamente, pela sua contribuição para a eficácia das organizações (White et al., 2016), e para o impacto na qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade (Ensslin et al., 2014).

Paim Terra (2018) aponta que o caráter transversal e o potencial das compras públicas exigem que o tema seja discutido e pesquisado, não apenas em relação aos seus instrumentos, normatizações e operacionalizações, mas também de forma multidimensional, ou seja, abordando todo o ciclo de compras e buscando um ganho sistêmico e mais duradouro. Tridapalli, Fernandes e Machado (2011) sugerem que é preciso tratar do processo de compras públicas de maneira integral, com base nos conceitos de gerenciamento da cadeia de suprimentos, ou *Supply Chain Management*, utilizados na iniciativa privada.

Além dessa mudança de concepção, no caso brasileiro, o aprimoramento do macroprocesso de compras

públicas passou, também, por uma revisão e modernização das legislações pertinentes. O excesso de formalismo provocado a partir da edição da principal legislação relacionada ao tema no Brasil em vigor até o ano de 2021, a Lei nº 8.666 de 1993, provocou um aumento significativo nos valores pagos nas aquisições de bens e serviços pela administração pública (Herrmann, 1999). Embora a Lei tenha trazido, à época, avanços importantes para os procedimentos e controle dos processos licitatórios, também trouxe o engessamento e a falta de autonomia das equipes de compras, levando à necessidade de alterações que visem a flexibilização e a redução dos trâmites burocráticos (Herrmann, 1999; I. Oliveira, 2015).

Em abril de 2021 foi publicada a Lei nº 14.133, em substituição à Lei nº 8.666 de 1993, trazendo importantes inovações em relação às compras públicas, como mudanças nos critérios de julgamento, o estabelecimento da modalidade eletrônica como regra e a previsão da participação de outros atores nas decisões administrativas através do que foi nominado como diálogo competitivo (Aragão, 2021).

Todas essas peculiaridades, somadas aos desafios e a importância das compras públicas, tanto para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, quanto para o aumento da eficiência e a redução dos gastos públicos (Herrmann, 1999; I. Oliveira, 2015; Tridapalli et al., 2011), têm colocado as compras governamentais como temática de interesse acadêmico e prático, na busca por

um aprofundamento do conhecimento científico acerca dos seus conceitos, impactos e interrelações, bem como de melhores estratégias de controle e gerenciamento (Almeida et al., 2018) que possam contribuir com a modernização e eficiência do setor público.

Procedimentos Metodológicos

Para análise da produção científica nacional sobre compras públicas, que teve como objetivo identificar como se caracterizam os estudos sobre o assunto no cenário brasileiro e quais aspectos estão se destacando nas pesquisas sobre essa temática, foi utilizada a técnica de revisão sistemática de literatura.

Este estudo foi baseado no protocolo de seleção e análise das fontes proposto por Cronin, Ryan e Coughlan (2008), o qual envolve cinco etapas, conforme apresentado a seguir:

- (1) **Formulação do problema de pesquisa:** qual o panorama da produção científica nacional sobre compras públicas e quais aspectos estão se destacando nas pesquisas nacionais sobre o tema?
- (2) **Definição dos critérios para inclusão e exclusão dos artigos:** esses critérios englobam o período das publicações; o tipo de publicação; tipo e escopo do estudo; áreas de pesquisa; descritores e operadores *booleanos*; e, base de dados. Para a pesquisa realizada não foi definido

recorte temporal visto o pequeno número de publicações. Foram incluídos artigos publicados em revistas científicas nacionais até o final do ano de 2019, com classificação A1, A2, B1 e B2 em Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, no Sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Considerando que alguns periódicos brasileiros possuem publicações em inglês, não houve restrição de idiomas. Foram considerados artigos empíricos e teóricos, sendo que os artigos de revisão foram separados para evitar sobreposição de resultados. Para serem incluídos, os estudos deveriam abordar a temática “compras públicas” ou “compras governamentais”, e tratar do tema de maneira central.

- (3) **Seleção e acesso da literatura:** A pesquisa foi realizada na base de dados científica *Spell*, onde foram buscados artigos que continham os descritores “compras públicas” e “compras governamentais”, nos títulos, resumos ou palavras-chave. Inicialmente, foram encontrados 71 artigos. Após a adoção dos critérios de inclusão e exclusão mencionados no item 2, foram selecionados 37 estudos.

- (4) **Avaliação da qualidade da literatura incluída:** Para verificar a qualidade dos trabalhos foi utilizada a classificação do sistema Qualis da Capes e foram analisados apenas os artigos com classificação superior a B2 (Qualis 2013-2016), na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.
- (5) **Análise, síntese e divulgação dos resultados:** Os estudos selecionados foram avaliados por meio dos indicadores de publicação: (a) periódicos, indicadores gerais: (a) autores, (b) ano de publicação, (c) número de citações; e, (d) características específicas dos estudos: esfera de governo, setor estudado e métodos e técnicas de pesquisa. Os resultados da análise bibliométrica serão apresentados por

meio de estatística descritiva, seguidos de uma análise mais aprofundada dos artigos selecionados.

Resultados e discussão

Nesta seção, são apresentados os resultados do estudo bibliométrico dos 37 artigos encontrados e da análise dessa produção.

Análise bibliométrica

A fim de quantificar as informações e de fornecer o panorama das publicações sobre compras públicas no Brasil, inicialmente foi realizada uma análise bibliométrica dos artigos selecionados para revisão.

Foram incluídos nesta revisão 37 artigos, sendo 30 estudos teórico-empíricos, cinco artigos de revisão de literatura e dois ensaios teóricos.

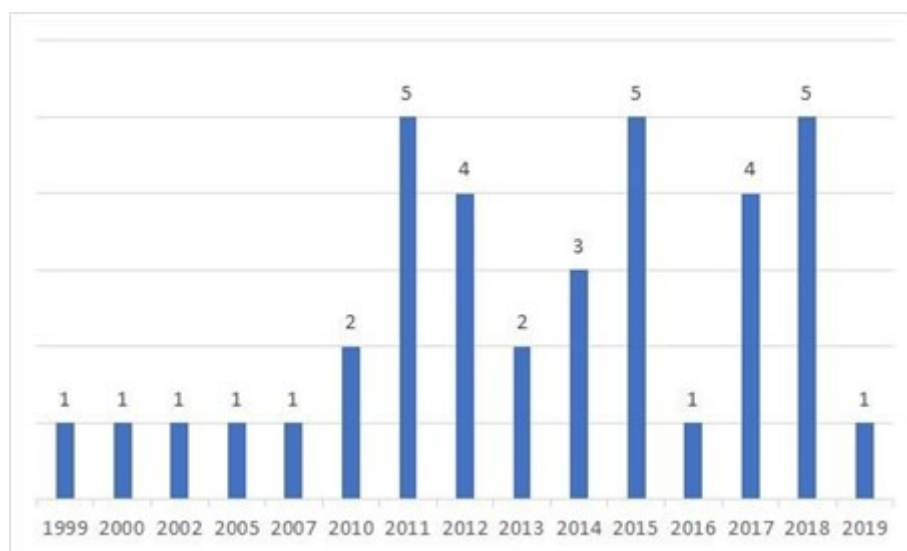


Figura 1. Quantidade de artigos por ano de publicação.

Fonte: Elaboração própria.

Dados gerais

A primeira publicação sobre a temática de compras públicas no Brasil identificada nesta revisão ocorreu no ano de 1999. Contudo, a produção sobre compras públicas começou a se destacar no ano de 2011, com a publicação de cinco artigos. Apesar de a promulgação da Lei nº 8.666 ter ocorrido em 1993, a produção acadêmica só entrou em

evidência 18 anos depois. No Brasil, essa temática passou a se destacar cientificamente após a percepção de que as compras do governo local precisavam de novas abordagens que contribuíssem não apenas para a redução de custos, mas também, para a melhoria da qualidade, transferência de inovação, melhorias ambientais e desenvolvimento econômico local (Murray, 1999).

Revistas	Nº de Artigos	Qualis
Revista do Serviço Público	5	B2
Revista de Administração – RAUSP	4	A2
Gestão & Regionalidade	3	B2
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	3	B2
Administração Pública e Gestão Social	2	B1
REAd. Revista Eletrônica de Administração	2	B1
Revista de Ciências da Administração	2	B1
Revista Gestão & Planejamento	2	B2
Advances in Scientific and Applied Accounting	1	A2
Contabilidade, Gestão e Governança	1	B1
GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	1	B2
RAE-eletrônica	1	A2
Revista Ciências Administrativas	1	B2
Revista da Micro e Pequena Empresa	1	B2
Revista de Administração Contemporânea	1	A2
Revista de Administração da UFSM	1	B1
Revista de Administração Mackenzie	1	B1
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1	B2
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	1	B1
Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas	1	B1
Revista de Gestão	1	B1
Revista Gestão & Tecnologia	1	B2
Total	37	-

Tabela 1. Quantidade de artigos publicados por periódicos.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme pode ser observado na Figura 1, a quantidade de publicações se mantém estável entre os anos de 1999

e 2002, com uma publicação em cada ano. Nos anos de 2005 e 2007, também foram localizados um artigo por ano.

Em 2003, 2004 e 2006, não foram encontradas publicações relacionadas diretamente com o tema de estudo. Na década de 2010 foi possível perceber um aumento dos estudos, sendo os maiores picos nos anos de 2011, 2015 e 2018.

Quanto aos periódicos, os artigos foram publicados em 22 revistas diferentes. Em destaque, apresenta-se a Revista do Serviço Público, que foi a que mais publicou sobre o assunto (22,72%), seguida da Revista de Administração - RAUSP, com 18,18%. Em terceiro lugar, estão a Revista Gestão & Regionalidade e a Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, com 13,63% cada uma. Com 9% das publicações, foram identificadas

a REAd. Revista Eletrônica de Administração, a Revista Gestão & Planejamento, e a Revista de Ciências de Administração, Administração Pública e Gestão Social (APGS). A distribuição das publicações pode ser observada na

No que se refere a qualidade da produção intelectual, a classificação Qualis com maior predominância foi a B2 com 18 publicações (48,65%), o que corresponde a quase metade das publicações analisadas. Os periódicos com Qualis B1 tiveram 12 publicações (32,43%) e A2 sete publicações (18,92%). Nenhum artigo analisado nesta revisão foi publicado em periódico com extrato Qualis/Capes A1.

Título	Autores	Ano	Citações
Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis	Silva, R. C.; Barki, T. V. P.	2012	41
Sistemas de compras privadas e públicas no Brasil	Costa, A. L.	2000	37
Gestión de compras y contrataciones gubernamentales	Pimenta, C. C.	2002	32
Licitações públicas no Brasil: explorando o conceito de ineficiência por desenho	Herrmann, I.	1999	31
Abrangência, inserção e impacto transformador dos sistemas de compras eletrônicas na administração pública – análise do Siasg/Comprasnet	Fernandes, C. C. C.	2005	28
Pregão Eletrônico versus Pregão Presencial: estudo comparativo de redução de preços e tempo	Faria, E. R.; Ferreira, M. A. M.; Santos, L. M. D.; Silveira, S. F. R.	2011	18
Compras para a inovação: casos de inovações induzidas por clientes públicos	Moreira, M. F.; Vargas, E. R.	2012	11
Compras públicas e promoção do desenvolvimento local	Caldas, E. L.; Nonato, R. S.	2013	10
Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público	Inamine, R.; Erdmann, R. H.; Marchi, J. J.	2012	10

Tabela 2. Artigos com mais de dez citações.

Fonte: Elaboração própria.

Foi identificado um total de 81 autores diferentes, com média de 2,6 por publicação. A respeito da vinculação acadêmica dos pesquisadores, foi identificado um total de 31 instituições diferentes, e um autor não identificou qual instituição representava. As cinco instituições com maior número de publicações foram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com nove artigos (24,32%); a Universidade de Brasília (UnB), com cinco publicações (13,51%); a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cada uma com quatro publicações (10,81%); e a Universidade de São Paulo (USP) com a representação de três artigos (8,11%).

Os autores com mais artigos publicados foram Ferreira, M. A. M com quatro publicações, seguido de Moreira, M. F. e de Faria, E. F. ambos com três publicações, seguidos de Vicente, E. F. R; Nishiyama, M. A; Ensslin, L; Santos, L.

M. D; Chaves, L. C; Soares, L. L; Fernandes, C. C. C; e Vargas, E. R, cada um com duas publicações.

Para avaliar o grau de representatividade dos estudos foi levantada a quantidade de citações aos artigos selecionados, por meio de consulta no *site Google Acadêmico*. Os artigos que possuem mais de 10 citações representam 24,32%, sendo que, 43,24% tiveram entre uma e cinco citações e os 32,43% restantes não tiveram nenhuma citação. Na Tabela 2 são apresentados os artigos que apresentaram mais de dez citações.

Informações dos estudos empíricos

Neste subtópico, serão apresentadas as principais informações dos 30 artigos empíricos analisados nesta revisão, tais como setor estudado, esfera de governo, estado, enquadramento e natureza da pesquisa, instrumento de coleta e técnica de análise dos dados e assuntos tratados.

Setor Estudado	Nº de Artigos	% em relação aos artigos empíricos
Educação	11	36,67%
Não especificado	10	33,33%
Saúde	3	10,00%
Ambiental	2	6,67%
Poder Judiciário	2	6,67%
Poder legislativo	1	3,33%
Comunicações	1	3,33%
Tecnologia	1	3,33%

Tabela 3. Setores estudados nas pesquisas empíricas.

Fonte: Elaboração própria.

Os estudos envolveram organizações de sete setores diferentes da administração pública, com destaque para educação (36,66%). Na Tabela 3, é possível observar estudos realizados na saúde, no setor ambiental, no Poder Judiciário, no Poder Legislativo e nas áreas de comunicação e de tecnologia. Por outro lado, verificou-se um elevado

percentual de trabalhos que não tiveram o setor de realização do estudo especificado (33,33%). Esse dado pode comprometer a definição do setor mais comumente estudado, visto não ser possível identificá-los. Além disso, em um artigo foram utilizados dados de mais de um setor, por este motivo, o somatório dos percentuais será maior que 100%.

Instrumento de Coleta de Dados	Nº de Artigos	% sobre os artigos empíricos
Pesquisa Documental	21	70,00%
Entrevista	9	30,00%
Pesquisa Bibliográfica	7	23,33%
Questionário	6	20,00%
Observação	5	16,67%
Grupo Focal	1	3,33%

Tabela 4. Instrumentos de coleta de dados utilizados nos estudos empíricos.

Fonte: Elaboração própria.

A maior parte dos estudos (70%) envolveu organizações do governo federal, ainda que combinadas com outras esferas de governo. Organizações do governo municipal estiveram presentes em 23,33% das pesquisas, e

16,67% dos artigos incluíram órgãos e entidades dos governos estaduais. Três estudos envolveram mais de uma esfera de governo.

Técnicas de Análise dos Dados	Nº de Artigos	% sobre os artigos empíricos
Estatística Descritiva	12	40,00%
Não Especificado	8	26,67%
Análise de Conteúdo	8	26,67%
Regressão	1	3,33%
Correlação	1	3,33%
Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C)	1	3,33%
Análise Confirmatória de Dados	1	3,33%

Tabela 5. Técnicas de análise dos dados utilizados nos estudos empíricos.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a abordagem metodológica, foi possível perceber um maior número de pesquisas qualitativas (46,67%). As pesquisas de abordagem quantitativa representam 30% da produção e a abordagem quali-quantitativa 23,33%.

Para a coleta de dados, foram utilizados seis tipos de instrumentos, com destaque para a pesquisa documental (70%). Em consonância com a predominância da abordagem qualitativa, a segunda técnica mais utilizada é a entrevista que representa 30% das técnicas adotadas. Além da pesquisa documental e da entrevista, também foram utilizados questionários, observação e

grupo focal. Os dados relativos aos instrumentos de coleta de dados podem visualizados na Tabela 4. Considerando que 15 estudos utilizaram mais de um instrumento de coleta de dados, o somatório dos percentuais será maior que 100%.

Oito artigos não especificaram a técnica utilizada para a análise dos dados. Dentre os demais, foram identificadas seis técnicas diferentes, com destaque para as técnicas de estatística descritiva, conforme representado na Tabela 5. Dois estudos utilizaram mais de uma técnica de análise dos dados, por isso, o somatório dos percentuais será maior que 100%.

Assunto principal	Nº de Artigos	% sobre os artigos empíricos
Eficiência e Desempenho	6	20,00%
Compras Sustentáveis	5	16,67%
Impacto das compras públicas na inovação	3	10,00%
Contratação de micro e pequenas empresas	3	10,00%
Pregão Eletrônico	2	6,67%
Transparência	2	6,67%
Trabalho Colaborativo	1	3,33%
Compras Eletrônicas	1	3,33%
Inovação	1	3,33%
Avaliação da Qualidade	1	3,33%
Processo Decisório	1	3,33%
Custos de Transação	1	3,33%
Impacto das compras públicas no desenvolvimento regional	1	3,33%
Gestão de Estoques	1	3,33%
Gestão de Riscos	1	3,33%
Total Geral	30	30

Tabela 6. Tema principal dos estudos empíricos

Fonte: Elaboração própria.

O foco de estudo dos artigos é distinto e envolve diversos aspectos. Conforme sistematizado na Tabela 6, o assunto estudado com maior frequência diz respeito a eficiência e avaliação de desempenho e aos processos de compras sustentáveis.

Análise dos artigos

Neste subtópico, serão apresentados os resultados da análise sistêmica dos artigos selecionados.

Como visto na Tabela 6, o foco das pesquisas é diverso. Os estudos com maior destaque tratam da eficiência e do desempenho das compras públicas. Essa predominância pode ter relação com o cenário de modernização e de melhoria dos resultados que estão sendo exigidos da administração pública, sobretudo, a partir da década de 1990 (D’Inverno et al., 2018).

Alguns autores se dedicaram a verificar se, de fato, os pregões eletrônicos garantem maior eficiência para a administração pública. Analisando esses estudos, é possível perceber vantagens e desvantagens para essa modalidade de licitação (Faria et al., 2011; Ferreira et al., 2014; Medeiros et al., 2014; Menezes et al., 2007).

O pregão eletrônico contribui significativamente para a eficiência dos gastos públicos (Faria et al., 2011; Ferreira et al., 2014; Jorge et al., 2010) e representou grande avanço no que tange às compras públicas. Contudo, percebe-se a necessidade de ajustes nas legislações sobre o tema, de modo que a escolha da

proposta mais vantajosa se dê não somente pelo menor preço, mas que possa levar em consideração outros atributos (Menezes et al., 2007) lembrando que, além das etapas de aquisição, as compras governamentais precisam cumprir os princípios constitucionais de economicidade, legalidade e eficiência (Neuenfeld et al., 2018).

Apesar do avanço percebido, alguns autores observaram que o pregão eletrônico pode possibilitar a aquisição de produtos com qualidade inferior do que a praticada no mercado (Ferreira et al., 2014; Medeiros et al., 2014). Contudo, é importante ponderar que não é a modalidade de licitação que garante a qualidade do produto comprado (Santana & Santos, 2011). Um dos motivos para essa possível inferioridade pode ser possíveis erros ou a falta de detalhamento na descrição do produto (Medeiros et al., 2014; Santana & Santos, 2011). Assim, é necessário atentar para a correta especificação dos produtos/serviços a serem adquiridos (Faria et al., 2013) e investir na qualificação dos servidores envolvidos nesse processo, para que sejam capazes de elaborar termos de referências e editais com as especificações adequadas (I. Oliveira, 2015).

Outros desafios em relação ao pregão eletrônico também foram apontados nos estudos revisados, tais como a falta de segurança na rede, problemas de conexão e desconhecimento da real identidade do fornecedor (Ferreira et al., 2014).

A introdução de técnicas do trabalho colaborativo, por meio do *workflow*, nas compras governamentais que utilizam o pregão eletrônico possibilita que os processos de compras se tornem mais céleres e eficientes, pois permite a redução do tempo de tramitação dos processos e melhor controle das informações e dos custos institucionais (Pithon et al., 2017). A ferramenta *workflow* consiste em uma tecnologia de automatização de processos, com a finalidade de melhorar o desempenho da organização (Cruz, 2004).

Ainda no que se refere ao desempenho, Nishiyama et al. (2017) desenvolveram um modelo para avaliar e melhorar o desempenho dos processos de compras e suprimentos, denominado Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C). Esse modelo permite identificar, a partir da percepção dos gestores, as principais questões que afetam as compras públicas e a mensuração das consequências dessas questões a nível estratégico, auxiliando na definição de estratégias de melhoria dos processos (Nishiyama et al., 2017). Assim, o desenvolvimento de modelos de avaliação parece ser relevante na medida em que utilizar indicadores de mensuração de desempenho pode melhorar os níveis de eficiência e eficácia do produto final oriundo da licitação (I. Oliveira, 2015).

Outro aspecto discutido é o impacto das compras governamentais na inovação. Ainda que haja uma inexistência de políticas formais de incentivo à contratação de inovações nas compras

públicas (Camargos & Moreira, 2015), é possível observar o surgimento de inovações mesmo quando não há intencionalidade em sua indução (Moreira & De Vargas, 2015). Na prática, as inovações apresentam ganhos na transparência da informação pública e na sustentabilidade dos processos de compras (Carneiro & Resende Junior, 2017), no entanto, é necessário rever as definições adotadas para garantir o avanço dessas inovações (Moreira & De Vargas, 2015).

O uso de meios eletrônicos para a divulgação dos atos governamentais ampliou a transparência e a publicidade na área de compras públicas (Vicente & Soares, 2011). Ao tempo em que a transparência tem sido melhorada, a partir da adesão de portais de compras já consagrados (Vicente & Soares, 2011), existem municípios brasileiros que ainda não possuem *websites* institucionais e, portanto, não realizam a divulgação dos processos licitatórios e não utilizam o pregão eletrônico, o que dificulta a transparência e o controle da aplicação dos recursos por parte do cidadão (Soares & Vicente, 2011).

Outro ponto de destaque na literatura diz respeito às compras públicas sustentáveis. Esse subtema teve sua primeira publicação em 2012 e o maior número de publicações em 2018. A primeira publicação sobre essa temática ocorreu dois anos após a Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Essa Instrução prevê a utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal. Além desses, também foram identificados dois estudos realizados na esfera estadual, para a qual não existe a obrigatoriedade de critérios de sustentabilidade nos processos de aquisições de bens, serviços e obras.

As pesquisas apontam a necessidade de classificação do que são licitações sustentáveis (Araújo & Teixeira, 2018) e de regulamentações orientadas para o aperfeiçoamento dos critérios de sustentabilidade dos bens, serviços e obras públicas (Silva da & Barki, 2012). Além disso, outro obstáculo consiste na falta de conhecimento sobre o tema, que pode dificultar a implementação de critérios sustentáveis nos processos de compras públicas (Sousa & Carvalho, 2018; Sousa Soares et al., 2018). Nesse sentido, alguns indicadores podem ser essenciais como facilitadores desse processo, tais como, a capacitação dos servidores (Mendonça et al., 2017; Sousa & Carvalho, 2018; Sousa Soares et al., 2018), a elaboração de manuais de procedimentos, a designação de comissões de compras sustentáveis; a definição de indicadores e de estudos técnicos (Sousa Soares et al., 2018), bem como as aquisições compartilhadas (Mendonça et al., 2017; Sousa Soares et al., 2018).

Adicionalmente, também foram identificados estudos sobre a influência das Micro e Pequenas Empresas (MPes) nos certames licitatórios. Faria et al.

(2010) ao descreverem o perfil das empresas participantes de pregões eletrônicos observaram a predominância de MPes e acreditam que esse resultado pode estar relacionado com a política de incentivo à participação das MPes nas licitações públicas, que ocorreu por meio da implementação da Lei Complementar n. 123/2016, alterada pela Lei n. 147/2014. Por outro lado, embora seja possível perceber uma evolução positiva da participação das MPes como fornecedoras de órgãos públicos (Braga & Xavier, 2011; Cabral et al., 2015; Chaves et al., 2019), a influência dessas empresas nos processos licitatórios ainda se mostra incipiente (Chaves et al., 2019).

Limitações e agenda de pesquisas

Esta revisão tem algumas limitações, especialmente decorrentes das suas escolhas metodológicas. O foco apenas em publicações nacionais exclui, naturalmente, possíveis estudos publicados em revistas internacionais, ainda que tenham tido como escopo as compras governamentais brasileiras.

Também foram excluídos desta revisão outros trabalhos, como relatórios técnicos, anais de congressos e estudos que não tenham sido publicados em periódicos científicos. Esses trabalhos poderiam fornecer informações importantes para o aprimoramento da atividade de compras governamentais, ainda que

fossem trabalhos iniciais ou que não tivessem comprovação científica adequada.

Os termos utilizados na pesquisa também podem refletir uma limitação dos resultados. Ao utilizar apenas os termos “compras públicas” e “compras governamentais”, estudos que tratam de modalidades específicas de compras (pregão, tomada de preço, entre outras) podem não ter sido incluídos, caso os seus autores não tenham relacionado os seus resumos, títulos ou palavras-chave, a compras governamentais ou compras públicas, como era de se esperar. Ainda assim, este trabalho pode contribuir com a evolução dos estudos sobre compras públicas no Brasil, indicando algumas possibilidades de estudos futuros.

De maneira geral, os estudos revisados tratam do processo de compras públicas com pouca atenção para os resultados alcançados, especialmente, em relação ao atendimento dos objetivos demandados. A aquisição de um bem ou serviço se justifica pelo atendimento a uma necessidade específica, e, portanto, a avaliação da eficácia do processo de compra passa pela investigação a respeito da superação ou não da necessidade apresentada. Os estudos que tratam de avaliação de desempenho das compras públicas, em geral, abordam indicadores relacionados aos custos, prazos e qualidade. Portanto, estudos futuros poderiam avançar nessa investigação, incluindo a avaliação do atendimento ou a superação das

demandas pela aquisição de bens e serviços.

Também foi possível identificar uma escassez de estudos que abordassem a temática do compartilhamento, da centralização ou da descentralização das compras pública, seja investigando especificamente cada estratégia ou realizando uma comparação entre elas. Novas pesquisas poderiam abordar esses temas, tratando não apenas dos aspectos relacionados aos custos e aos benefícios de cada estratégia, mas, também, das questões relacionadas à gestão e a governança de cada caminho escolhido, como a autonomia, relações de poder, compartilhamento de informações, entre outros.

A inovação e os novos desafios na prestação dos serviços públicos, como a transparência, dados abertos, coprodução e cocriação, também foram pouco abordados nos estudos analisados. Recentemente, alguns estudos têm dado mais atenção a essa temática, como, por exemplo, o uso de inteligência artificial no processo de compras e os impactos das plataformas de compras eletrônicas (T. C. Oliveira et al., 2022; Panis et al., 2022; Taufick, 2022). No entanto, estudos futuros poderiam investigar experiências e desafios para a inovação no processo de compras governamentais, bem como para o maior envolvimento das partes interessadas, do cidadão e do setor privado em todas as etapas do processo. Paralelamente, novas pesquisas devem avançar na identificação das competências necessárias para a atuação na atividade de compras públicas,

indicando caminhos para a qualificação e profissionalização dos técnicos que atuam nessa área, frente a esses novos desafios.

Por fim, em quase a totalidade dos estudos, de maneira direta ou indireta, a legislação relacionada as compras públicas no Brasil, é colocada como ponto importante a ser observado. Não são raras as vezes que a legislação é colocada como um dificultador do processo, acarretando alongamento dos prazos das contratações, aumento de custos, excesso de controle e ineficiência. No entanto, poucos estudos se propõem a investigar, especificamente, a legislação aplicada às compras públicas, avaliando os pontos positivos e os pontos que poderiam ser aprimorados. Assim, ainda que haja um anseio, especialmente dos profissionais que atuam na área, por mudanças na legislação, não há indicadores precisos na literatura científica a respeito dos aspectos que, de fato, precisam ser alterados e de que forma essa atividade deveria ser normatizada. Por outro lado, com as mudanças recentes na legislação sobre compras governamentais, possivelmente esse campo de estudo deve ser impulsionado (Signor et al., 2022).

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo apresentar o panorama da produção científica nacional sobre compras públicas, visando identificar quais aspectos estão se destacando nas pesquisas naci-

onais sobre o tema, para a partir das lacunas encontradas, apontar caminhos para pesquisas futuras.

Dessa forma, foi possível identificar que o processo de compras públicas na gestão governamental poderia se concentrar em uma perspectiva estratégica e de logo prazo. Nota-se que as pesquisas começam a construir um panorama sobre gestão e governança em compras públicas.

O panorama das pesquisas sobre compras públicas mostra uma produção especialmente voltada para a investigação da eficiência e do desempenho do processo de compras governamentais. Além disso, foi possível identificar uma preocupação relevante com as compras públicas sustentáveis.

A revisão também permitiu identificar avanços importantes, tais como o pregão eletrônico e as compras sustentáveis. Por outro lado, desafios também são colocados pelos autores das pesquisas, especialmente naquilo que se refere a necessidade de modernização da máquina pública e de um gerenciamento mais efetivo das compras governamentais.

Os desafios mais encontrados na literatura demonstra que o caminho a ser percorrido para melhorar a efetividade dos processos pode ser longo (I. Oliveira, 2015). No entanto, em alguns casos, pode estar ao alcance dos gestores públicos. À exemplo do pregão eletrônico, é preciso verificar se a desvantagem mais comumente apresentada pode ser melhorada a partir do mapeamento das habilidades e competências

necessárias para execução das atividades, bem como do treinamento e capacitação dos servidores envolvidos no processo.

Ademais alguns autores colocam como entrave a necessidade de atualização dos normativos existentes, de modo que se possa diminuir o engessamento dos trâmites impostos pela legislação. Contudo, percebe-se a inexistência de estudos empíricos capazes de comprovar se as disfunções burocráticas se dão apenas pela legislação ou se também ocorrem devido à falta de investimento na qualificação dos profissionais envolvidos.

Apesar de ser possível identificar um incremento na produção científica sobre compras governamentais, especialmente a partir de 2010, é possível notar claramente que ainda há um campo expressivo a ser investigado, sobretudo em razão do impacto dessa atividade na eficiência e na qualidade dos serviços públicos prestados.

Por fim, sugere-se a realização de investigações que tenham como foco a qualificação dos servidores e a transparência, pois, pelo levantamento realizado esses temas possuem uma dimensão pouco considerada na literatura, mas é essencial para os resultados gerados nas compras pública.

Referências

- Agrahari, A., & Srivastava, S. K. (2019). A data visualization tool to benchmark government tendering process. *Benchmarking: An International Journal*. <https://doi.org/10.1108/bij-06-2017-0148>
- Almeida, W. A. C., Guarnieri, P., Goulart, L., Duarte, R. F., & Demo, G. (2018). Compras Estratégicas no Setor Público: Uma Revisão Sistemática da Produção Nacional. *Gestão.Org*, 16(2), 117–131. <https://doi.org/10.21714/1679-18272018v16n2.p117-131>
- Aragão, A. S. de. (2021). O diálogo competitivo na nova lei de licitações e contratos da Administração Pública. *Revista de Direito Administrativo*, 280(3), 41-66. <https://doi.org/10.12660/rda.v280.2021.85147>
- Araújo, G. C. de, & Teixeira, C. E. (2018). Análise das compras públicas sustentáveis na secretaria do meio ambiente do estado de São Paulo. *Gestão & Regionalidade*, 34(100), 22-37. <https://doi.org/10.13037/gr.vol34n100.3744>
- Braga, R. M. L., & Xavier, F. M. (2011). Impactos da lei geral das micro e pequenas empresas no desenvolvimento das compras públicas do Ceará. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 5(1), 51–67. <https://doi.org/10.6034/129>
- Cabral, S., Reis, P. R. da C., & Sampaio, A. da H. (2015). Determinantes da participação e sucesso das micro e pequenas empresas em compras públicas: Uma análise empírica. *Revista de Administração*, 50(4), 477–491. <https://doi.org/10.5700/rausp1214>
- Camargos, N. M., & Moreira, M. F. (2015). Compras para a Inovação no Ministério da Saúde – no Discurso, Sim;

na Licitação, Não. Contabilidade, Gestão e Governança, 18(3), 126–141.

Carneiro, D. K. de O., & Resende Junior, P. C. (2017). Inovação no Processo de Compra de Medicamentos: Estudo de Caso do Ministério da Saúde. *Revista do Serviço Público*, 68(4), 835–862.

Chaves, F. R. D., Bertassi, A. L., & Silva, G. M. (2019). Compras Públicas e Desenvolvimento Local: Micro e Pequenas Empresas Locais nas Licitações de uma Universidade Pública Mineira. *REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 8(1), 77–101. <https://doi.org/10.14211/regepe.v8i1.867>

Costa, A. L. (2000). Sistemas de compras privadas e públicas no Brasil. *Revista de Administração*, 35(4), 119–128. <https://doi.org/10.2478/disp-1996-0006>

Costantino, N., Dotoli, M., Falagario, M., & Sciancalepore, F. (2012). Balancing the additional costs of purchasing and the vendor set dimension to reduce public procurement costs. *Journal of Purchasing and Supply Management*, 18(3), 189–198. <https://doi.org/10.1016/j.pur-sup.2012.08.001>

Cronin, P., Ryan, F., & Coughlan, M. (2008). Undertaking a literature review: A step-by-step approach. *British Journal of Nursing*, 17(1), 38–43. <https://doi.org/10.12968/bjon.2008.17.1.28059>

Cruz, T. (2004). Workflow II: A Tecnologia que Revolucionou Processos. e-papers.

Di Mascio, F., & Natalini, A. (2014). Austerity and Public Administration. *American Behavioral Scientist*, 58(12), 1634–1656.

<https://doi.org/10.1177/0002764214534667>

Di Mascio, F., & Natalini, A. (2015). Fiscal Retrenchment in Southern Europe: Changing patterns of public management in Greece, Italy, Portugal and Spain. *Public Management Review*, 17(1), 129–148. <https://doi.org/10.1080/14719037.2013.790275>

D’Inverno, G., Carosi, L., & Ravagli, L. (2018). Global public spending efficiency in Tuscan municipalities. *Socio-Economic Planning Sciences*, 61, 102–113. <https://doi.org/10.1016/j.seps.2017.01.006>

Ensslin, S. R., Ensslin, L., Nishiyama, M. A., & Chaves, L. C. (2014). COMPRAS GOVERNAMENTAIS SOB A ÓTICA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: Um mapeamento do tema conforme as delimitações postas pelos pesquisadores. *Gestão & Regionalidade*, 30(90). <https://doi.org/10.13037/gr.vol30n90.2259>

Faria, E. R. de, Ferreira, M. A. M., & Gonçalves, M. A. (2013). Avaliação dos Riscos do Pregão Eletrônico: Uma abordagem pela Teoria da Nova Economia Institucional. *Revista de Ciências da Administração*, 1(1), 211–227. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2013v15n37p211>

Faria, E. R. de, Ferreira, M. A. M., & Santos, L. M. dos. (2010). Perfil das empresas participantes do processo de pregão eletrônico em uma instituição pública. *Administração Pública e Gestão Social*, 2(2), 180–199. <https://doi.org/10.21118/apgs.v2i2.30>

Faria, E. R. de, Ferreira, M. A. M., Santos, L. M. dos, & Silveira, S. de F. R. (2011). Pregão eletrônico versus pregão presencial: Estudo comparativo de redução de preços e tempo. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 16(1), 47–62.

Ferreira, M. A. M., Medina, S. A., & Reis, A. D. O. (2014). Pregão Eletrônico e Eficiência nos Gastos Públicos Municipais. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(2), 74–81. <https://doi.org/10.21118/apgs.v6i2.661>

Herrmann, I. (1999). Licitações Públicas no Brasil: Explorando o conceito de ineficiência por desenho. *Revista de Administração*, 34(2), 29–38.

Jorge, M. J., Avellar, C. M., Melo, L. C. de, Pigatto, J. A. M., & Batista, D. L. (2010). Indicadores de Efetividade em custo de atividades-meio no modelo de gestão para resultados: A experiência do Ipec/Fiocruz. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 4(2), 1. <https://doi.org/10.17524/repec.v4i2.198>

Medeiros, F. S. B., Santos, S. X. dos, Denardin, É. S., & Abbade, E. B. (2014). A qualidade dos produtos e serviços em licitações do tipo menor preço: Um estudo em uma câmara de vereadores do

Rio Grande do Sul. *Revista de Gestão*, 21(4), 469–486. <https://doi.org/10.5700/rege542>

Mendonça, R. A. M., Cruz, M. V. G. da, Teodosio, A. dos S. de S., & Raso, L. S. P. (2017). Institucionalização de compras públicas sustentáveis: Uma análise da experiência do governo de Minas Gerais. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 23(3), 62–91. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.161.61307>

Menezes, R. do A., Silva, R. B. da, & Linhares, A. (2007). Leilões eletrônicos reversos multiatributo: Uma abordagem de decisão multicritério aplicada às compras públicas brasileiras. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(3), 11–33. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000300002>

Mogre, R., Lindgreen, A., & Hingley, M. (2017). Tracing the evolution of purchasing research: Future trends and directions for purchasing practices. *Journal of Business and Industrial Marketing*, 32(2), 251–257. <https://doi.org/10.1108/JBIM-01-2016-0004>

Moreira, M. F., & De Vargas, E. R. (2015). Indução de Inovações em Serviços: Compras Governamentais para a Inovação ou Compras de Inovações? *Innovation Induction in Services: Public Procurement for Innovation or Procurement of Innovations?* *Revista Gestão & Tecnologia*, 15(2), 186–210.

Murray, J. G. (1999). Local government

demands more from purchasing. *European Journal of Purchasing & Supply Management*, 5(1), 33–42.
[https://doi.org/10.1016/S0969-7012\(98\)00021-5](https://doi.org/10.1016/S0969-7012(98)00021-5)

Neuenfeld, D. R., Stadnick, K. T., Cário, S. A. F., & Augusto, C. A. (2018). Custos de transação nas compras públicas. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 11(44), 226.
<https://doi.org/10.19177/reen.v11e02018226-252>

Nishiyama, M. A., Lima, M. V. A. de, Ensslin, L., & Chaves, L. C. (2017). Modelo Multicritério para Avaliação de Desempenho: Um estudo de caso para gestão de compras no setor público. *Revista de Ciências da Administração*, 1(1), 09. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2017v19n47p9>

Oliveira, I. (2015). Análise de correspondência aplicada a preposições sobre a eficiência e eficácia do processo de compras públicas a partir da percepção de diferentes atores envolvidos. *Revista Ciências Administrativas*, 21(1), 131–162. <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2015.v21n1p131>

Oliveira, T. C., Monteiro da Rocha, A. L., & Scatolino de Rezende, M. (2022). Alice: Desafios, resultados e perspectivas da ferramenta de auditoria contínua de compras públicas governamentais com uso de inteligência artificial. *Revista da CGU*, 14(26).
<https://doi.org/10.36428/revista-dacgu.v14i26.530>

Paim Terra, A. C. (2018). Compras públicas inteligentes: Uma proposta para a melhoria da gestão das compras governamentais. *Revista de Gestão Pública*, 1(1), 46–70.

Panis, A., Isidro, A. da S. F., Carneiro, D. K. de O., Montezano, L., Resende Junior, P. C., & Sano, H. (2022). Inovação em compras públicas: Atividades e resultados no caso do robô Alice da Controladoria-Geral da União. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 27(86), 1–19.
<https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n86.83111>

Pithon, A. J. C., Martins, M. D. R., & Fernandes, J. L. (2017). O impacto da aplicabilidade das técnicas do trabalho colaborativo suportado por computador nas compras do governo federal – pregão eletrônico. *Revista de Administração da UFSM*, 10(1), 163.
<https://doi.org/10.5902/1983465911038>

Santana, M. N. da C., & Santos, C. S. dos. (2011). Restrições da utilização da modalidade de licitação pregão. *Revista Gestão e Planejamento*, 12(2), 250–267.

Signor, R., Marchiori, F. F., Raupp, A. B., Magro, R. R., & Lopes, A. de O. (2022). A nova lei de licitações como promotora da maldição do vencedor. *Revista de Administração Pública*, 56(1), 176–190.
<https://doi.org/10.1590/0034-761220210133>

Silva da, R., & Barki, T. (2012). Compras públicas compartilhadas: A prática das

licitações sustentáveis. *Revista do Serviço Público*, 63(2), 157–175.

Soares, L. L., & Vicente, E. F. R. (2011). Divulgação das compras públicas de alimentos para a merenda escolar em municípios catarinenses. *Gestão & Regionalidade*, 27, 30–44.

Sousa, E. da S., & Carvalho, D. B. de. (2018). A função social das compras públicas pela inserção da variável ambiental: Caso de uma instituição federal de ensino superior. *Gestão & Planejamento*, 19, 4–19.
<https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v19.3528>

Sousa Soares, A. M., Silva, J. N., & Correia, M. D. S. (2018). Compras públicas sustentáveis: Um estudo de caso da visão dos servidores da universidade federal rural da Amazônia. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 11(91), 173.
<https://doi.org/10.19177/reen.v11e02018173-198>

Taufick, J. (2022). FATORES DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA NO PROCESSO DE COMPRAS PÚBLICAS. *REA - Revista Eletrônica de Administração*, 20(2), 329.

Tridapalli, J. P., Fernandes, E., & Machado, W. V. (2011). Gestão da cadeia de suprimento do setor público: Uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 45(2), 401–433.
<https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000200006>

Vicente, E. F. R., & Soares, L. L. (2011). Divulgação De Compras Públicas Nos Websites Das Capitais Dos Estados Do Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 4(3), 331–360.

White, G. R. T., Parfitt, S., Lee, C., & Mason-Jones, R. (2016). Challenges to the Development of Strategic Procurement: A Meta-Analysis of Organizations in the Public and Private Sectors. *Strategic Change*, 25(3), 285–298.
<https://doi.org/10.1002/jsc.2061>

Soraia Sorice da Silva (soricesss@gmail.com)* trabalhou no planejamento, desenvolvimento e revisão da pesquisa.

Míriam Aparecida Mesquita Oliveira (miriam.oliveira21@gmail.com) trabalhou no planejamento, desenvolvimento e revisão da pesquisa.

André Vaz Lopes (andrevazlopes@gmail.com) trabalhou no planejamento, desenvolvimento e revisão da pesquisa.

*Autor-correspondente.

Data de Submissão: 13/11/2020. Data de Aprovação: 01/02/2023.

Editor-Chefe: André Luiz Maranhão de Souza-Leão.

Editor Adjunto: Bruno Melo Moura.

Editores da submissão: Denis Silva da Silveira e Jairo Simião Dornelas.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR.